



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016
Em milhares de reais

	2017	2016
Ativo		
Circulante	608.623	525.451
Disponibilidades	3	9
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	101.422
Títulos e valores mobiliários	5	474.811
Relações interfinanceiras	7	31.515
Outros créditos	8	861
Outros valores e bens	8	22.032
Não circulante	7	109
Outros créditos	7	109
Investimentos	9	5
Imobilizado de uso	10	6.153
Intangível	11	15.765
Total do ativo	630.655	553.511

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016
Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS CENTRAIS UNICRED LTDA. - UNICRED DO BRASIL, foi constituída por cooperativas centrais e integrantes do Sistema UNICRED em 10 de julho de 1994, conforme Assembleia Geral, e homologação pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 1994, conforme publicado no Diário Oficial de 24 de outubro de 1994. Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução CMN 4.434/2015 e Estatuto Social. Tem sede e foro na cidade de São Paulo - SP com área de atuação em todo território nacional. Seu objetivo é orientar e coordenar as atividades das cooperativas centrais associadas, nos casos em que o vultoso dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou convivência de atuação das suas associadas. A Confederação iniciou em dezembro de 2012 o programa de unificação da TI do Sistema UNICRED em conjunto com suas associadas. Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária que o investimento fosse financiado com recursos oriundos do Fundo Garantidor (FG). Em 30 de junho de 2017 remanesce o montante de R\$ 26.327, substancialmente alocado entre gastos para desenvolvimento e aquisições de licenças de uso de softwares, plataforma de comunicação e implantação de internet banking e demais gastos relacionados às suas implantações, registrado na rubrica de "Outros devedores projeto - TI" (nota 7) em contrapartida da rubrica "Credores diversos pass - Contas a pagar cooperativas - Projeto TI" (nota 13). Esses projetos sistêmicos em 30/06/2017 passam por um processo de levantamento e avaliação dos gastos e regramento interno para a adequação dos registros contábeis relacionados aos projetos concluídos e em andamento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e Lei Complementar nº 130/2009 e as normas e Instruções do Bacen, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen para aplicação à data do balanço (CPC 00, 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27 e 33). As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração e foram aprovadas pela Administração em 23 de Agosto de 2017. **Reapresentação de informações comparativas:** Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa em 30 de junho de 2016, incluídos na nota explicativa 3, e em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, parte integrante dos saldos apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, respectivamente, estão sendo reapresentados para fins de atendimento aos requisitos previstos na Resolução 3.604 do BACEN. Os impactos estão apresentados no quadro abaixo:

	Valor original	Ajuste	Valor reapresentado
Demonstração do Fluxo de Caixa - 1º Sem. 2016			
(Aumento) redução aplicações interfinanceiras de liquidez	1.312	(119.327)	(118.015)
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários	-	(5.931)	(5.931)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	361.655	(361.569)	86
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período	486.903	(486.827)	76
Demonstração do Fluxo de Caixa - 2º Sem. 2016			
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	512.477	(512.013)	464
Nota 3 - Caixa e equivalentes de caixa			
Total	486.903	(486.827)	76

b. Descrição das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos semestres apresentados, salvo disposição em contrário. **b.1 Apuração do resultado:** Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício. **b.2 Estimativas contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das partidas úteis do ativo imobilizado, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente. **b.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários livres de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e apresentam risco significativo de mudança no valor justo. **b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários:** Classificados conforme a intenção da Administração da Confederação em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos pactuados autorizados até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **b.5 Devedores por depósitos em garantia:** Seja por determinação judicial ou espontaneamente da Administração da Cooperativa, foram depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos. **b.6 Investimentos:** Representados pelas participações societárias avaliadas ao custo de aquisição. Os investimentos são deduzidos, conforme o caso, de provisão para perdas. **b.7 Imobilizado de uso:** As imobilizações de uso são representadas pelo custo de aquisição deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil econômica dos bens. **b.8 Intangível:** Demonstrado pelo valor dos gastos em softwares, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados. **b.9 Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado, intangível e outros ativos sujeitos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment). **b.10 Relações interfinanceiras - passivo:** Representam o montante dos recursos das associadas (cooperativas centrais) centralizados pela Confederação, e incluem os encargos e variações monetárias contratadas até a data do balanço. **b.11 Demais ativos e passivos:** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **b.12 Provisões:** As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que o desembolso seja requerido para o pagamento de uma obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **b.13 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Confederação quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes, para fins de provisão e divulgação. **b.14 Segregação do circulante e não circulante:** Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. **b.15 Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC 03 e Bacen. **b.16 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não cooperativas, quando incorridos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10%, e para a contribuição social - 15% até setembro/2015 e 17% a partir de outubro de 2015, conforme Lei 13.169/2015. A sobra apurada em operações realizadas com associadas é isenta de tributação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: As disponibilidades e os títulos e valores mobiliários são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

	2017	2016
Caixa e depósitos bancários	9	76
Total	9	76

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ:

	2017	2016
Descrição	Circulante	Circulante
Letras Financeiras do Tesouro	34.995	58.998
Letras do Tesouro Nacional	46.429	35.905
Notas do Tesouro Nacional	19.998	50.997
Total	101.422	145.900

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional (NTN) estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e são lastro de operações compromissadas, podendo ser negociadas a qualquer momento, sendo classificadas para negociação, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa. As operações compromissadas (Selic Over) são ajustadas pela taxa de mercado contratadas em cada operação. No primeiro semestre de 2017 foram registrados os rendimentos em resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 5.725 (R\$ 2.670 em 2016).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:

	2017	2016
Descrição	Total	Total
Letras do Tesouro Nacional (I)	326.942	151.938
Letra Financeira - privado (II)	7.804	6.870
Cotas de fundo de investimento (III)	140.067	182.677
Total	474.811	340.927

Fernando Aurélio Fagundes Motta - Diretor Executivo - CPF 713.810.317-49

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016
Em milhares de reais

	2017	2016
Ingressos da intermediação financeira	30.742	28.205
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	5.725
Títulos e valores mobiliários	5	25.017
Dispêndios da intermediação financeira	(28.566)	(25.627)
Operações de captação no mercado	12	(28.566)
Resultado bruto de intermediação financeira	2.176	2.578
Ingressos/Dispêndios operacionais	1.108	5.023
Ingressos de prestação de serviços	15	1.588
Dispêndios de pessoal e honorários	16	(20.216)
Outros dispêndios administrativos	17	(13.599)
Outros dispêndios tributários	(112)	(309)
Outros dispêndios operacionais	(107)	(761)
Outros ingressos operacionais	18	31.278
Resultado operacional	1.008	5.023
Resultado não operacional	3.007	2.482
Resultado antes da tributação	4.015	7.505
Imposto de renda e contribuição social	(564)	(2)
Sobra líquida do semestre	3.451	7.503

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES:

	2017	2016
Descrição	Circulante	Não Circulante
Sobras estatutárias:		
Cotas de Capital a Pagar	8.753	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (I)	78	287
Total	8.831	287

Fiscais e previdenciárias:
Impostos e contribuições a recolher 1.375 - 1.375 1.136 - 1.136

Divulgação sobre esse assunto, em novembro de 2011, a Confederação recebeu Provisão para pagamentos a efetuar 4.966 - 4.966 5.019 - 5.019

Credores diversos no País (II) 30.070 - 30.070 32.143 - 32.143

Instrumentos de dívida exigíveis (IV) 7.744 - 7.744 6.782 - 6.782

Provisão para passivos contingentes (III) 1.519 1.519 1.256 1.256

42.780 1.519 44.299 49.074 256 30.933

52.986 1.519 54.505 50.497 1.256 21.783

(I) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme Lei do Cooperativismo e normas do Bacen (nota 14 b).

(II) Em 30 de junho de 2017 e 2016, o saldo é composto pelas seguintes rubricas:

	2017	2016
Descrição	Circulante	Não Circulante
Contas a Pagar Cooperativas - Projeto TI (nota 7 I)	26.327	31.518
Fundo Garantidor (FG) ex-associadas	2.123	2.123
Outros Credores diversos	3.743	3.577
Total	30.070	37.243

(III) A Confederação no desenvolvimento de suas atividades operacionais está sujeita a demandas de natureza tributária, civil e reclamações trabalhistas. A Confederação possui ação na área tributária federal, que visa declarar a não incidência das contribuições ao PIS e COFINS, sobre o ato cooperativo (sistema operacional cooperativo), cujas exigibilidades se encontram suspensas por força de depósitos judiciais nos autos do Mandado de Segurança. Referido processo encontra-se em andamento. Sobre esse assunto, em novembro de 2011, a Confederação recebeu autuação da Receita Federal do Brasil referente à suposta tributação sobre rendas de aplicações financeiras, abrangendo os exercícios de 2006, 2007 e 2008, valor de R\$446, devidamente atualizados pela Selic até 30 de junho de 2017. Os autos de infração foram contestados administrativamente pela Confederação, alegando em síntese, a não incidência dos tributos federais sobre o ato cooperativo de acordo com o teor do disposto no artigo 78 da Lei nº 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo). Ainda, foi constituída provisão no montante de R\$ 210 (R\$ 192 em 2016) por falta de entrega da DIMOF - Declaração de Informações sobre Acionamentos Financeiras de anos anteriores, devidamente atualizadas pela Selic até 30 de junho de 2017. Por fim, em caso de incurso das demais administrativas do PIS, COFINS e da DIMOF, ainda cabia discussão posterior na esfera judicial por parte da Confederação. Existem depósitos judiciais de R\$ 78 (R\$ 73 em 2016), registrados em contrapartida de outros créditos do ativo não circulante (nota 7), devidamente atualizados pela Selic até 30 de junho de 2017 para o PIS e COFINS. As movimentações das provisões e dos depósitos foram as seguintes:

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro de 2017	76	703
Depósitos realizados/constituição de provisão	33	816
Saldo em 30 de junho de 2017	109	1.519

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro de 2016	70	685
Depósitos realizados/constituição de provisão	3	580
Saldo em 30 de junho de 2016	73	1.265

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionários variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, em geral cinco anos.

(IV) Emissão de letra financeira com cláusula de subordinação para compensação de capital livre, que teve a finalidade de constituição de patrimônio de referência para suportar o índice de imobilização, em substituição à integralização de capital, dado que é uma necessidade temporária, devido a depreciação do imobilizado. **Passivos contingentes:** A Cooperativa possui 3 ações de natureza civil e doze ações de reclamatória trabalhista, onde a UNICRED do Brasil é Ré, com probabilidade de perda Possível, mas não provável, discutidas na esfera judicial, no valor de R\$ 3.867, em 30 de junho de 2017.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a. Capital social: É representado pelas integralizações de capital social de quatro centrais em 30 de junho de 2017 e cinco centrais em 30 de junho de 2016. De acordo com o Estatuto Social cada associada tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas-partes. **b. Destinações legais e estatutárias:** Das sobras apuradas no fim do exercício, conforme Estatuto Social, é destinado: 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa; e 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES). Atendendo à instrução do Bacen e o FATES é registrado como exigibilidade (nota 13). **c. Sobras acumuladas:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2017, foram aprovadas as demonstrações financeiras, as destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras do exercício de 2016, conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido.

	2017	2016
Descrição	Depósitos	Provisão para Depósitos
Depósitos realizados/constituição de provisão	76	816
Saldo em 30 de junho de 2017	109	1.519

	2017	2016
Descrição	Depósitos	Provisão para Depósitos
Depósitos realizados/constituição de provisão	70	685
Saldo em 30 de junho de 2016	73	1.265

15. INGRESSOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

	2017	2016
Descrição	2017	2016
Serviços de Compensação	1.588	1.663
Total	1.588	1.663

16. DISPÊNDIOS COM PESSOAL E HONORÁRIOS:

	2017	2016
Descrição	2017	2016
Dispêndios de honorários	(793)	(1.018)
Dispêndios de pessoal - benefícios	(2.897)	(2.904)
Dispêndios de pessoal - encargos	(4.267)	(4.158)
Dispêndios de pessoal - proventos	(12.139)	(11.470)
Dispêndios de pessoal - tratamento	(20)	(207)
Dispêndios de pessoal - estagiário	(20)	(19)
Total	(20.216)	(17.966)

17. OUTROS DISPÊNDIOS ADMINISTRATIVOS:

	2017	2016
Descrição	2017	2016
Dispêndios com serviços	(1.905)	(6.219)
Dispêndios com alugueis	(935)	(698)
Dispêndios com comunicações	(1.261)	(1.261)
Dispêndios com promoções e publicidade	(250)	(419)
Dispêndios com processamentos	(4.729)	(1.962)
Dispêndios com viagens	(611)	(1.078)
Dispêndios de depreciação e amortização	(4.091)	(3.337)
Outros dispêndios administrativos	(716)	(1.986)
Total	(13.599)	(16.990)

18. OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS:

	2017	2016
Descrição	2017	2016
Taxa de Contribuição (I)	28.596	36.389
Rendimentos de dispêndios administrativos (II)	15	392
Renda FCG UNICRED do Brasil	1.889	-
Reversão de Despesas Administrativas	712	-
Outros ingressos operacionais	66	1.821
Total	31.278	38.602

(I) Destinadas ao ressarcimento das despesas da Confederação pelas associadas. A Confederação possui uma relação de interdependências com o Instituto de Administração de Direito (IAD) em razão de ser o responsável pelo reembolso por elas. (II) Refere-se a reembolso de despesas das associadas que ora foram assumidas pela Confederação e também de reembolso das despesas do Projeto de TI custeado pela Unidade de Porto Alegre até o resgate do FG.

19. SEGUROS CONTRATADOS: A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradoras para fazer face à ocorrência de sinistros. Dentro dos direitos destacamos: propor ao Conselho de Administração o escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para os equivalentes de caixa e aplicações interfinanceiras. Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016.

21. PARTES RELACIONADAS: A Confederação tem como missão desenvolver e coordenar ações políticas e administrativas para implantação pelas Centrais do Sistema UNICRED, visando à padronização dos processos, ganhos em escala, normalização e a nível da marca UNICRED, buscando tornar o sistema uno, sólido e integrado em defesa nacional. **Cooperativas centrais associadas:** Na relação das associadas com a Confederação existem diretos e deveres que necessitam ser observados em conformidade com o Estatuto Social da Confederação, e em relação à Assembleia Geral Média de Interesse geral ou da própria cooperativa; votar e concorrer, nos termos dispostos neste Estatuto e no Regimento Interno, aos cargos eletivos da Confederação; demitir-se da Confederação quando lhe convier; beneficiar-se dos serviços que a Confederação estiver habilitada a prestar e nas condições que forem estabelecidas nos respectivos regulamentos. Dentre os deveres destacamos: subscrever e realizar as cotas partes do capital social na Confederação; satisfazer proventos devidos aos compromissos financeiros com a Confederação; participar da constituição do Fundo Garantidor do Sistema UNICRED (FG), dentre outros. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica e estão assim resumidas em 30 de junho de 2017 e 2016:

	2017
--	------